

FACULDADE LABORO
PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO E DOCÊNCIA DO ENSINO SUPERIOR

PAULA ROBERTA SANTOS MARÃO
RAPHAELLA CASTRO PEREIRA
REINALDO JÚNIOR MARTINS DE MELO
TALVANE MARLÚCIO ABREU ARAÚJO

A INCLUSÃO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA MOTORA NA EDUCAÇÃO:
um estudo de caso na Faculdade Laboro, em São Luís-MA.

São Luís
2015

PAULA ROBERTA SANTOS MARÃO
RAPHAELLA CASTRO PEREIRA
REINALDO JÚNIOR MARTINS DE MELO
TALVANE MARLÚCIO ABREU ARAÚJO

A INCLUSÃO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA MOTORA NA EDUCAÇÃO:
um estudo de caso na Faculdade Laboro, em São Luís-MA.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Especialização em Docência no Ensino Superior da Faculdade Laboro, para obtenção do título de Especialista em Docência no Ensino Superior.

Orientadora: Prof.^a. Dr.^a. Mônica Elinor Alves Gama

São Luís

2015

Marão, Paula Roberta Santos

A inclusão das pessoas com deficiência motora na educação: um estudo de caso na Faculdade Laboro, em São Luís-MA. / Paula Roberta Santos Marão et al.-. São Luís, 2015.

Impresso por computador (fotocópia)

40 p.

Trabalho apresentado ao curso de Especialização em Docência no Ensino Superior da Faculdade Laboro/ Universidade Estácio de Sá, como requisito para obtenção do Título de Especialista em Docência do Ensino Superior. -. 2015.

Orientador: Prof^a. Dr^a. Mônica Elinor Alves Gama

1. Deficiência motora. 2. Inclusão. 3. Ambiente físico. I. Título

CDU 376.2

PAULA ROBERTA SANTOS MARÃO
RAPHAELLA CASTRO PEREIRA
REINALDO JÚNIOR MARTINS DE MELO
TALVANE MARLÚCIO ABREU ARAÚJO

A INCLUSÃO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA MOTORA NA EDUCAÇÃO:

um estudo de caso na Faculdade Laboro, em São Luís-MA.

Aprovada em: ___/___/___

Prof.^a Dr.^a Mônica Elinor Alves Gama
Orientadora

Examinador (a)

Examinador (a)

E, guardemos a certeza, pelas próprias dificuldades já superadas, que não há mal que dure para sempre.

Chico Xavier

Deficiente' é aquele que não consegue modificar sua vida, aceitando as imposições de outras pessoas ou da sociedade em que vive, sem ter consciência de que é dono do seu destino.

Mário Quintana

RESUMO

Vive-se em um momento em que, mundialmente, se fala na inclusão das pessoas com deficiência nos ambientes sociais. Nas Universidades e Faculdades não poderia acontecer diferente, muitas foram às adaptações feitas para o atendimento dessas pessoas. Dessa forma, o presente trabalho teve como objetivo identificar a forma na qual a Faculdade Laboro se preparou para receber as pessoas com deficiência motora. O principal foco desta pesquisa foi o ambiente físico, baseados na Norma ABNT/NBR 9050, de 2015. Quanto aos procedimentos metodológicos, foram utilizados referências bibliográficas, documentos, além de ter sido feito um estudo de caso na Instituição de Ensino Faculdade Laboro. De maneira geral, o trabalho mostrou que as pessoas com deficiência precisam ser respeitadas, pois se trata de um direito. Essas pessoas precisam ser inseridas em um ambiente adequado e preparado para atender suas reais necessidades. A Faculdade Laboro mostrou que grande parte de sua estrutura está preparada para receber as pessoas com deficiência motora, entretanto, algumas melhorias ainda precisam ser feitas.

Palavras-chave: Deficiência Motora. Inclusão. Ambiente Físico. Ensino Superior.

ABSTRACT

We live in a time in which, globally, it speaks in the inclusion of people with disabilities in social environments. In Universities and Faculties could not happen different, many were the adjustments made for the care of these people. Thus, the present work had as objective to identify the form in which the Faculty Laboro being prepared to receive the people with motor disability. The main focus of this research was the physical environment, based on the Standard ABNT/NBR 9050, 2015. As to the methodological procedures, were used bibliographic references, documents, in addition to having been done a case study in the Teaching Institution Faculty Laboro. In general, the work showed that people with disabilities need to be respected, because it is a right. These people need to be entered in an appropriate environment and prepared to meet their real needs. The Faculty Laboro showed that a large part of its structure is prepared to receive people with motor disability, however, some improvements still need to be made.

Keywords: Motor Disability. Inclusion. Physical Environment. Higher Education.

LISTA DE SIGLAS

- ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas
CIF – Classificação Internacional de Funcionalidade
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IES – Instituições de Ensino Superior
PDCs – Pessoas com Deficiência

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1 – População Brasileira.....	16
Gráfico 2 – População Maranhense.....	16
Gráfico 3 – Deficiências no Brasil	17
Gráfico 4 – Deficiências no Maranhão.....	17
Gráfico 5 – Deficiência motora no Brasil.....	18
Gráfico 6 – Deficiência motora no Maranhão.....	19
Figura 1 – Acessibilidade às pessoas em pé.....	21
Figura 2 – Acessibilidade Cadeira de Rodas.....	22
Figura 3 – Largura para deslocamento em linha reta	22
Figura 4 – Acessibilidade nos banheiros	23
Figura 5 – Outros mecanismos de acessibilidade.....	24
Quadro 1 – Resumo da Observação	26
Foto 1 – Entrada	28
Foto 2 – Entrada	28
Foto 3 – Entrada	29
Foto 4 – Entrada	29
Foto 5 – Entrada	30
Foto 6 – Calçada.....	31
Foto 7 – Entrada: quarto andar	32
Foto 8 – Entrada: quarto andar	32
Foto 9 – Banheiro	33
Foto 10 – Banheiro	33
Foto 11 – Banheiro	34
Foto 12 – Portas.....	34
Foto 13 – Salas de aula.....	35
Foto 14 – Lanchonete	35
Foto 15 – Bebedor	36
Foto 16 – Laboratório.....	37
Foto 17 – Corredor	37

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA (PCDs)	13
2.1 Contexto histórico	13
2.2 Conceitos de deficiência	14
2.3 Deficiência	15
2.3.1 Deficiência motora	18
3 MECANISMOS FÍSICOS DE INCLUSÃO	20
3.1 Pessoas em pé	21
3.2 Pessoas em cadeira de roda	22
3.3 Banheiros	23
3.4 Outras acessibilidades	23
4 METODOLOGIA	25
4.1 Local da pesquisa	26
4.2 Coleta de dado	26
4.3 Análise e tratamento de dados	26
5 ESTUDO DE CASO: Faculdade Laboro	27
5.1 Sobre a Faculdade	27
5.2 Análise	28
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	38
REFERÊNCIAS	39

1 INTRODUÇÃO

As pessoas com deficiência (PCDs) tem ganhado mais espaço na sociedade brasileira. Acontecimento este decorrido das lutas por uma sociedade mais inclusiva, na qual estão exigindo os seus direitos em todos os âmbitos sociais – escolas, universidades/faculdades, mercado de trabalho e outros. Por sua vez, o Governo estimula o direito das pessoas com deficiência, através de leis e decretos, exigindo que todos os ambientes estejam preparados para atender as necessidades dessas pessoas.

Em 1993, o Brasil instituiu a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, trazendo entre suas diretrizes:

[...] A determinação de incluir a pessoa com deficiência em todas as iniciativas governamentais relacionadas à educação, saúde, trabalho, edificação pública, seguridade social, transporte, habitação, cultura, esporte e lazer (BRASIL, 1993, art. 5º, inc. III).

O fato é que as PCDs estão quebrando preconceitos e mostrando que são capazes de entrar em todos os ambientes, principalmente, nas universidades e faculdades, alcançando o desenvolvimento pessoal e profissional. Para Carvalho (2006), este ideal permitirá que estes sujeitos sejam donos dos seus próprios destinos e não mais, meros favorecidos de políticas de assistência social. Ou seja, as leis são formas iniciais de inclusão, o Governo necessita criar instrumentos para inserir as pessoas com deficiência nas universidades/faculdades. Entretanto, as Instituições Educacionais, por sua vez, precisam se adequar a esse processo e criarem mecanismos de agregação.

Com base nesse propósito, esta pesquisa teve como objetivo a seguinte problemática: De que forma a Faculdade Laboro se preparou para receber as pessoas com deficiência motora?

No mundo contemporâneo, a inclusão do aluno com deficiência representa um desafio desde a modalidade de Educação Infantil até o Ensino Superior, em instituições tanto privadas quanto públicas. Desse modo, acredita-se que as universidades e faculdades estão se adequando para o recebimento destes alunos.

Para refletir sobre aspectos dessa realidade, são trazidos à tona, neste trabalho: o contexto histórico; o conceito de deficiência; a explanação sobre a deficiência motora; os mecanismos físicos de inclusão e, por fim, a análise de dados do estudo de caso.

O estudo pelo tema, “A inclusão das pessoas com deficiência motora na educação: um estudo de caso na Faculdade Laboro, em São Luís-MA”, deu-se por um tripé: pessoal, social e educacional. O pessoal está ligado na formação, de todos os envolvidos, como futuros gestores e educadores nas IES (Instituições de Ensino Superior), estes precisam estar abertos e conscientes que receberão alunos com deficiência motora em salas de aula. O social direciona-se a grande quantidade de pessoas com deficiência motora no Brasil, quer seja por algum acidente ou por problemas genéticos. Já o educacional é a preparação física das IES para o atendimento a esses alunos.

Assim sendo, o objetivo geral deste trabalho foi identificar a forma na qual a Faculdade Laboro se preparou para receber as pessoas com deficiência motora. E, os objetivos específicos são:

- Abordar sobre os mecanismos físicos necessários para inclusão de alunos com deficiência motora nas Universidades/Faculdades, segundo a ABNT/NBR 9050;
- Apresentar os mecanismos físicos utilizados pela Faculdade Laboro para inclusão das pessoas com deficiência motora.

Com as devidas observações, o trabalho foi dividido em seis capítulos. O primeiro capítulo é esta introdução. O segundo capítulo tratou sobre o contexto histórico, o conceito de deficiência e a deficiência motora. O capítulo três abordou sobre os mecanismos necessários aos alunos com deficiência motora nas Universidades/Faculdades. O capítulo quatro tratou sobre a metodologia. O capítulo cinco o estudo de caso. E, por fim, o capítulo seis trouxe as considerações finais.

2 AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA (PCDs)

A luta das pessoas com deficiência por uma sociedade mais inclusiva é constante. Segundo Carvalho (2006), nos últimos anos, observa-se, como fruto da luta dessas pessoas, o fortalecimento da proposta de se romper com os tradicionais paradigmas de segregação e a adoção de posturas que possam, efetivamente, garantir aos deficientes as condições necessárias que assegurem a sua inserção social da forma mais plena possível.

Inicialmente, foram necessários conhecimentos sobre: a forma que as PCDs eram vistas durante os anos, o conceito de deficiência e a deficiência motora. Com isso, entender de que forma as pessoas com deficiência motora devem ser inseridas no meio social, e, principalmente, nas Universidades/Faculdades.

2.1 Contexto histórico

O caminho percorrido pelas pessoas com deficiência até conseguirem um reconhecimento social foi marcado por grandes transtornos, desde as dificuldades para sobreviverem até as diversas denominações que tiveram no decorrer dos anos. Em cada período histórico, determinado pelas características do processo de desenvolvimento econômico, social e científico, as pessoas com deficiência receberam denominações distintas relacionadas à deficiência que apresentavam, tais como: aberração da humanidade, desvalidos, excepcionais, portadores de deficiência, pessoas com deficiência, entre outras (AROUCHA, 2012, p.56).

Na Antiguidade, pautada pelo ideal da perfeição, as pessoas com deficiência eram eliminadas. Nessa época, se instaurava uma sociedade dividida em classes sociais, a qual postulava a formação do homem para a defesa e conquista de terras. A sociedade primava por homens fortes e capazes de realizar tanto o trabalho escravo quanto dirigir exércitos. Dessa forma, os filhos defeituosos ou débeis eram imolados, porque os interesses da classe proprietária ficariam comprometidos se o lote passasse às mãos de um herdeiro incapaz para manejo das armas (PONCE, 1982, p.40). De modo que, possuir uma pessoa com deficiência na família era considerado um problema.

Na Idade Média, sob influência da doutrina Cristã, era aceito que a pessoa com deficiência tinha alma. Para o Cristianismo, o homem é definido como imagem e semelhança de Deus. Então, a pessoa com deficiência não poderia ser eliminada ou abandonada. Nesse período, começa-se acreditar que o deficiente merece sobreviver (PESSOTTI, 1984, p. 4). No

entanto, segundo Aroucha (2012), as pessoas com deficiência passaram a ser objeto de caridade, pois, através deste ato, as demais pessoas acreditavam que poderiam purificar-se, conforme veiculado pela doutrina cristã, isto é, teriam seus pecados perdoados em razão do modo de agir com o outro. Apesar dessa mudança de concepção, as pessoas com deficiência foram confinadas em instituições, na qual recebiam alimento e moradia, estabelecendo-se dessa forma o princípio da segregação, ou seja, o isolamento das pessoas com deficiência do convívio social. Ribeiro (2003) afirma que nessas instituições, as manifestações que ocorriam no comportamento das pessoas com deficiência eram consideradas de origem demoníaca e por isso as PCDs deveriam ser exorcizadas.

Na Idade Moderna, sob a influência da filosofia humanista e dos avanços na medicina, os estudos e experiências realizados evidenciam causas hereditárias, aspectos orgânicos, disfunções anatômicas, entre outras, como causas das deficiências, afastando as ideias de que ser deficiente estava relacionado a castigos divinos por atos errôneos cometidos.

Enfim, para Aroucha (2012), com o avanço de estudos científicos, pôde-se ter outra concepção acerca da pessoa com deficiência. Hoje, não é mais vista como uma pessoa que só possui dificuldades em relação ao desenvolvimento de algumas atividades, mas, sim, como uma pessoa que tem potencialidades a serem desenvolvidas. Dessa forma, é possível pensar em uma sociedade que abre espaço para o convívio com pessoas com deficiência, seja no âmbito familiar, educacional ou no mercado de trabalho.

Atualmente, convive-se com atos legais que incentivam a inclusão das pessoas com deficiência, mas, ainda há uma dúvida relacionada a esse acontecimento – saber se o que acontece, de fato, é a inclusão dessas pessoas, ou é apenas o cumprimento da legalidade.

2.2 Conceitos de deficiência

Segundo Neri (2003, p. 7), existem diversas definições internacionais de deficiência. Para a Convenção de Guatemala (Decreto n. 3.956/01), deficiência é a restrição física, mental ou sensorial, de natureza permanente ou transitória, que limita a capacidade de exercer uma ou mais atividades essenciais da vida diária, causada ou agravada pelo ambiente econômico e social.

Há pessoas que acreditam que deficiência e incapacidade são sinônimas, mas a Classificação Internacional de Funcionalidade (CIF) diferencia deficiência de incapacidade. Segundo a CIF (2003), Anexo 4 (p. 267), deficiência é uma perda ou anormalidade de estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica temporária ou permanente; e,

incapacidade é a restrição resultante de uma deficiência da habilidade para desempenhar uma atividade considerada normal que surge como consequência direta ou resposta do indivíduo a uma deficiência.

A CIF, ao focalizar a saúde, dá exemplos de deficiências que não têm, como consequência, a limitação da capacidade ou de desempenho do sujeito – uma pessoa que nasce sem uma unha apresenta uma deficiência de estrutura que não interfere na função da mão ou nas atividades que pode realizar com ela (LIMA, 2006, p.41).

A CIF distingue ainda doença de deficiência:

As deficiências podem ser parte ou expressão de uma condição de saúde, mas não indicam necessariamente a presença de uma doença, ou que o indivíduo deva ser considerado doente [...]. As deficiências são mais abrangentes no seu escopo do que os distúrbios ou doenças. Por exemplo, a perda de uma perna é uma deficiência de uma estrutura do corpo, mas não é um distúrbio, uma doença. (CIF, 2003, p. 24.).

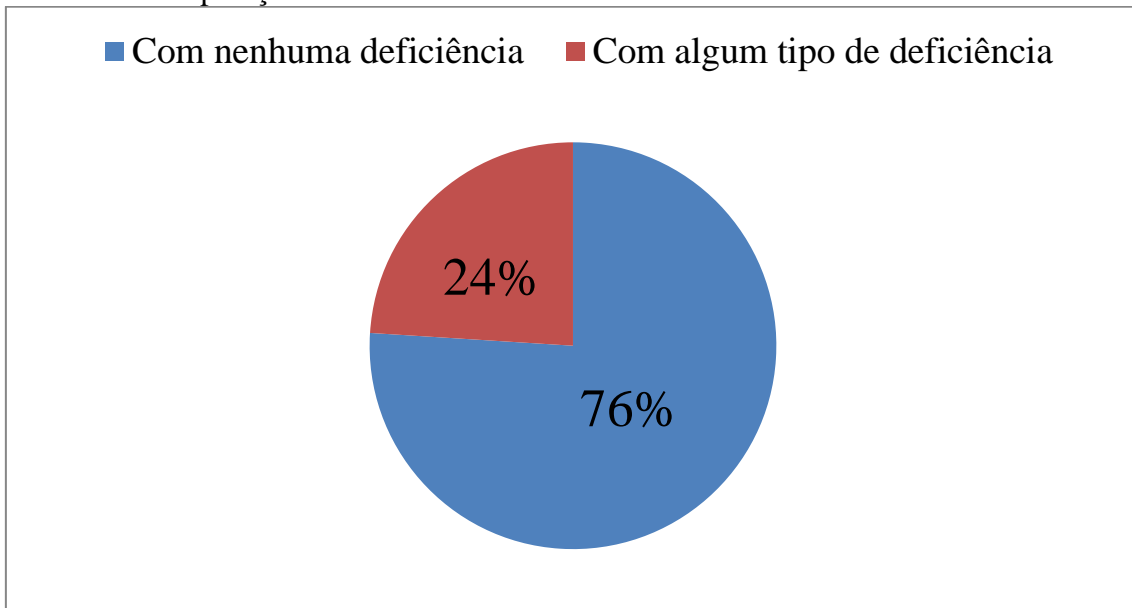
Enfim, de maneira geral, doença é um processo transitório e deficiência é uma condição permanente, mas que não significa que as pessoas com deficiência são consideradas incapazes. O que ocorre é que as PCDs possuem algumas limitações. A sociedade, a escola, as universidades/faculdades e os empregadores precisam compreender essas limitações e conhecerem cada tipo de deficiência, para que, dessa forma, possa se entender as habilidades que as pessoas com deficiência podem desenvolver.

2.3 Deficiência

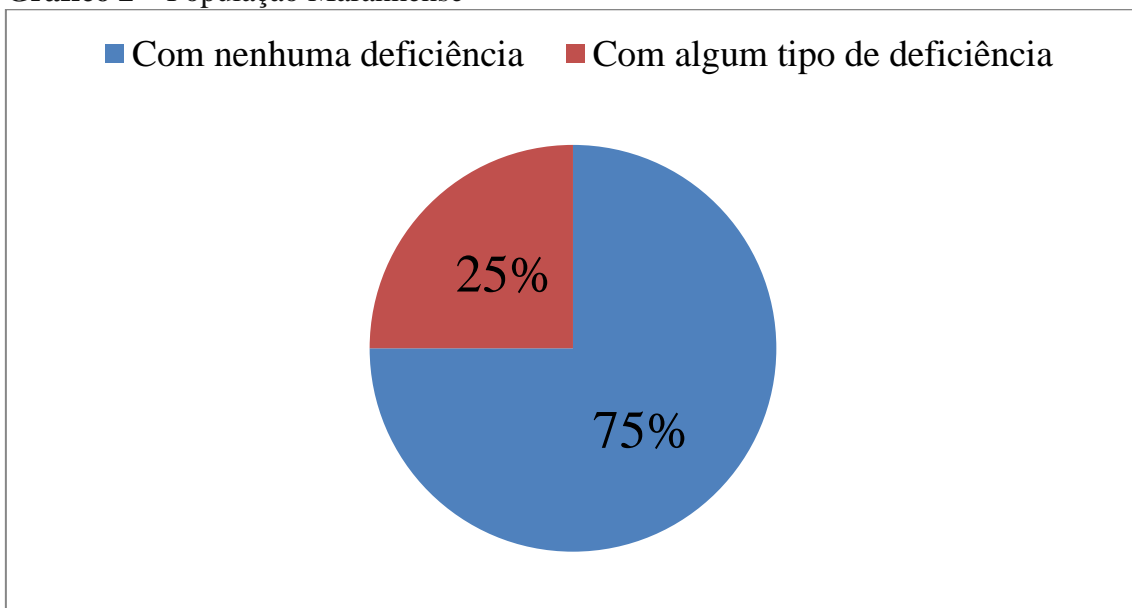
A quantidade de pessoas com deficiência cresce no Brasil. Esse fator ocorre tanto por causas hereditárias como por problemas na gestação. Além, também, de se ter uma parcela das PCDs encontradas por motivo de algum acidente. Com isso, atualmente, essas pessoas tem ganhado espaço nas discussões sociais. As pessoas com deficiência estão lutando, juntas, por uma igualdade, buscando o direito a educação e, conseqüentemente, a uma vaga nas universidades e faculdades.

Segundo os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no censo de 2010, no Brasil, 24% da população possui algum tipo de deficiência, isso corresponde a 45.670.823 pessoas (Gráfico 1).

No Estado do Maranhão, 25% da população possui algum tipo de deficiência, o equivalente a 1.642.262 pessoas (Gráfico 2).

Gráfico 1 – População Brasileira

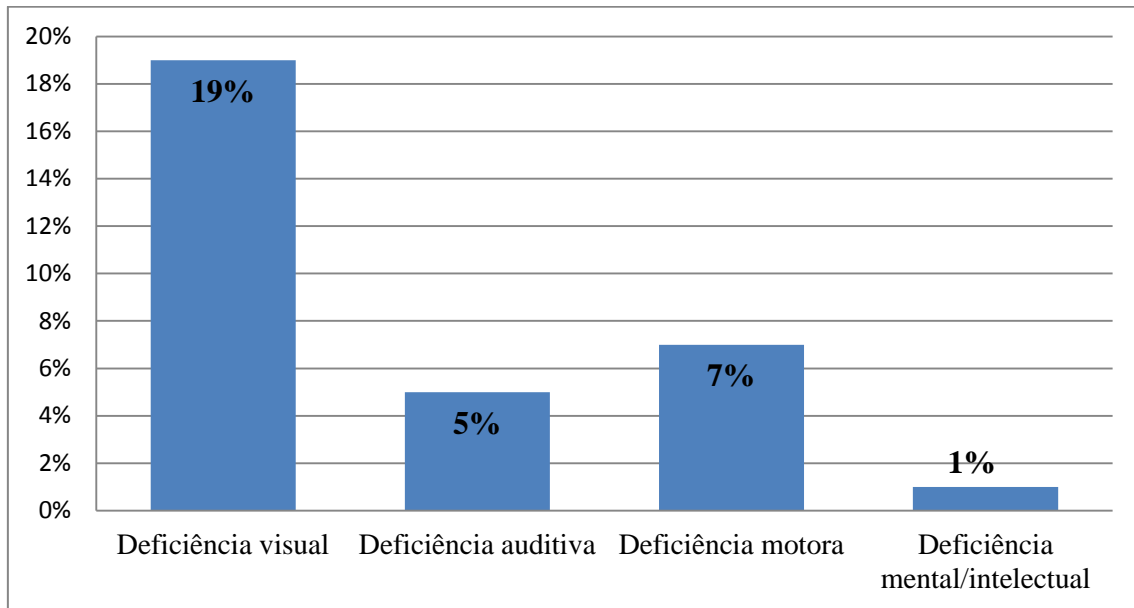
Fonte: IBGE, Censo/2010.
Elaborado pelos autores.

Gráfico 2 – População Maranhense

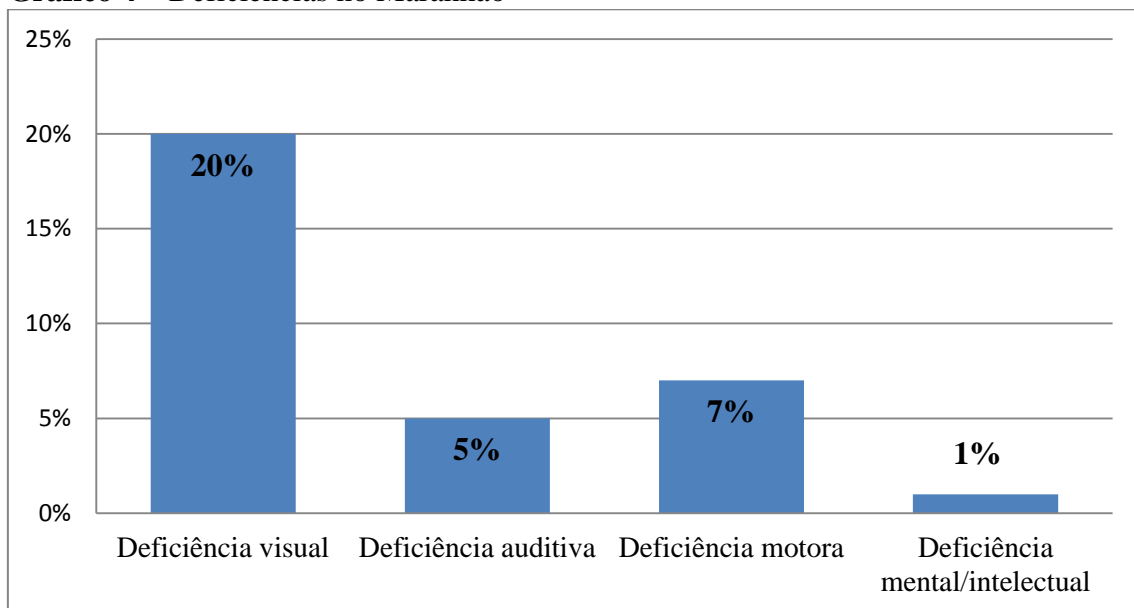
Fonte: IBGE, Censo/2010.
Elaborado pelos autores.

Enfim, a quantidade de pessoas com deficiência no Estado do Maranhão corresponde a 1% do número total de brasileiros (190.755.799).

Ainda, segundo o IBGE (Censo/ 2010), as deficiências mais encontradas no Brasil e no Estado do Maranhão são:

Gráfico 3 – Deficiências no Brasil

Fonte: IBGE, Censo/2010.
Elaborado pelos autores.

Gráfico 4 – Deficiências no Maranhão

Fonte: IBGE, Censo/2010.
Elaborado pelos autores.

No Gráfico 3, no Brasil, percebe-se que, do total da população, 19% têm deficiência visual, 7% têm deficiência motora, 5% têm deficiência auditiva e 1% têm deficiência mental/intelectual.

E, no Gráfico 4, no Estado do Maranhão, tem-se 20% da população com deficiência visual, 7% com deficiência motora, 5% com deficiência auditiva e 1% com deficiência mental e intelectual.

Percebe-se, então, que a deficiência motora é a segunda em maior quantidade no país e no estado do Maranhão.

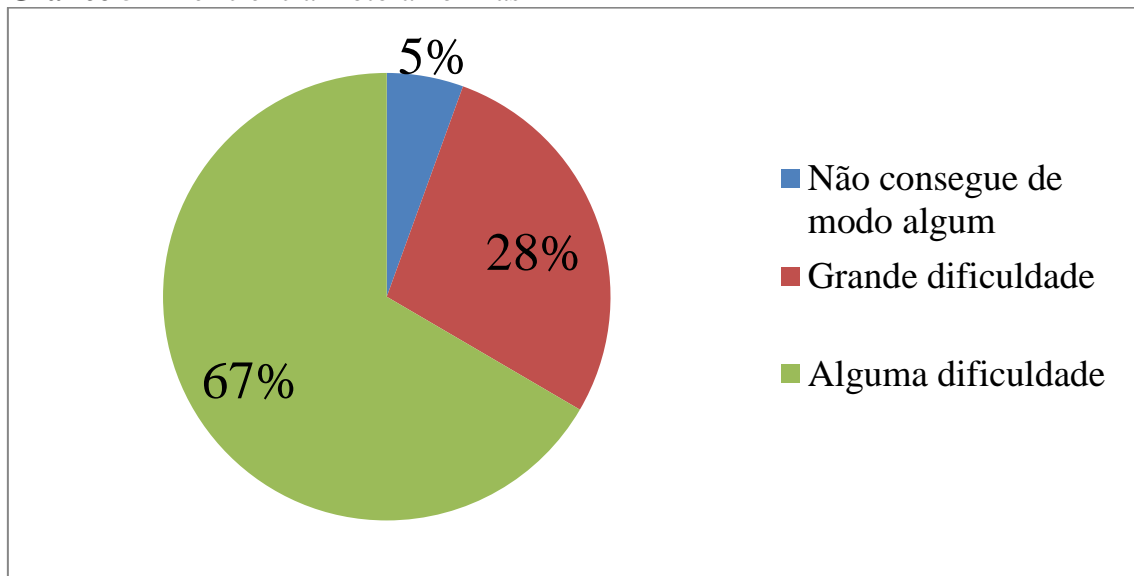
2.3.1 Deficiência motora

A deficiência motora é citada, por alguns autores, como sendo sinônima de deficiência física, mas há distinção entre as duas. Respectivamente, a primeira perde a mobilidade dos membros superiores e/ou inferiores e, a segunda perde o membro, a parte física. Por exemplo, a pessoa sofre um acidente e fica paraplégica, ela perde a mobilidade dos membros inferiores, mas ela ainda continua com os membros, logo, ela é deficiente motora.

Na maioria das vezes, a deficiência motora é congênita ou por condições análogas, exemplo: Paralisia Cerebral, Distrofia Muscular, Esclerose Múltipla, Espinha Bífida, ELA (Doença de Lou Gehrig's), Artrite, Doença de Parkinson, Tremor Essencial, entre outras. Mas, pode ocorrer, também, por lesões traumáticas.

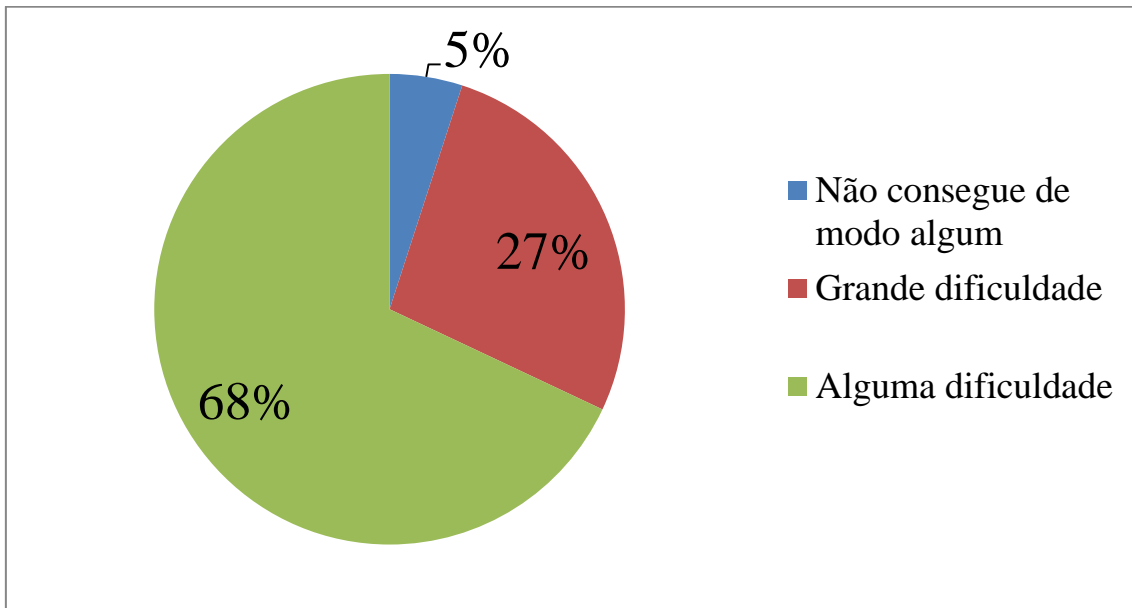
Segundo o IBGE (Censo/2010) há 13.265.599 pessoas com deficiência motora no Brasil e 460.270 no Estado do Maranhão, dividida em três tipos de dificuldades, como mostra os Gráficos 5 e 6.

Gráfico 5 – Deficiência motora no Brasil



Fonte: IBGE, Censo/2010.
Elaborado pelos autores.

Do número total de pessoas com deficiência motora, no Brasil, 67% tem alguma dificuldade de locomoção, 28% têm grande dificuldade e 5% não consegue de modo algum.

Gráfico 6 – Deficiência motora no Maranhão

Fonte: IBGE, Censo/2010.
Elaborado pelos autores.

No Estado do Maranhão, do número total de pessoas com deficiência motora, 68% têm alguma dificuldade de se locomover, 27% têm grande dificuldade e 5% não consegue de modo algum.

3 MECANISMOS FÍSICOS DE INCLUSÃO

A Norma NBR 9050 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT/NBR 9050, 2015) foi elaborada com o intuito de estabelecer critérios e parâmetros técnicos a serem observados em projetos, construções, instalações e adaptações de edificações, mobiliários, espaços e equipamentos urbanos às condições de acessibilidade. Esta visa proporcionar à maior quantidade possível de pessoas, independentemente de idade, estatura ou limitação de mobilidade ou percepção, a utilização de maneira autônoma e segura do ambiente, edificações, mobiliário, equipamentos urbanos e elementos. Sendo assim, mostra que é necessário possuir um ambiente de fácil acessibilidade como forma de garantir a igualdade entre todos.

Essa Norma mostra uma prerrogativa de inclusão, como forma de facilitar a locomoção de pessoas com deficiência dentro de ambientes sociais, principalmente, os ambientes educacionais. Afinal, como ratifica Mantoan (2004), a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais é um movimento que tem sido muito polemizado por diferentes segmentos, mas essa inserção nada mais é do que garantir o direito constitucional que todos independentes de suas necessidades, tenha uma educação de qualidade, e que a inclusão vai depender da capacidade de todos lidarem com a diversidade e as diferenças. Ou seja, o que é necessário é a aceitação por parte das escolas, universidades e faculdades no processo de adaptação e adequação de um ambiente físico adaptado às pessoas com deficiência motora.

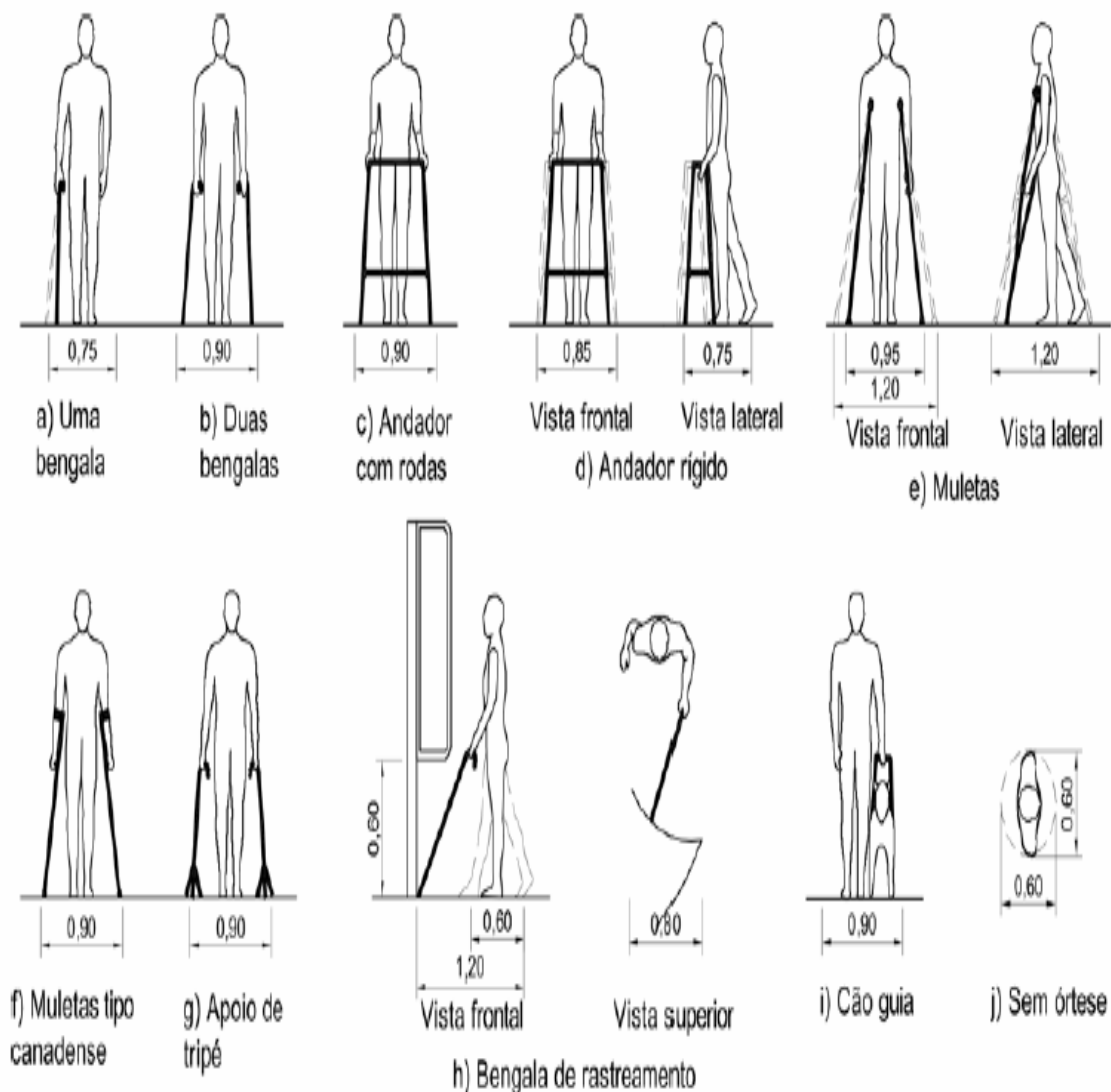
Acessibilidade é a possibilidade e condição de alcance, percepção e entendimento para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privado de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida (ABNT/NBR 9050, 2015, p. 2).

Desta forma, a seguir serão apresentadas as três principais orientações, de acessibilidade, garantidas às pessoas com deficiência motora.

3.1 Pessoas em pé

A figura abaixo está relacionada às dimensões referentes ao espaço físico estabelecido e delimitado de acordo com a abrangência de pessoas que se utilizam de bengalas, andadores, muletas e cães guia para sua locomoção em determinado espaço.

Figura 1 – Acessibilidade às pessoas em pé



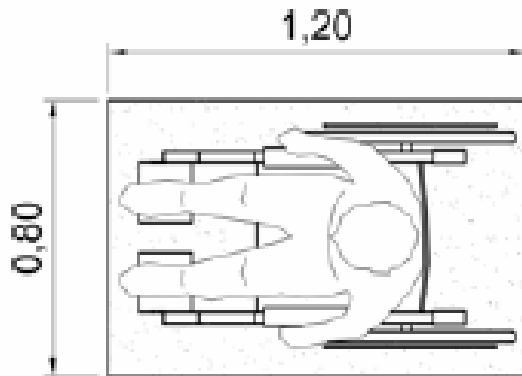
Fonte: ABNT/NBR 9050, 2015, p. 7-8).

Percebe-se que o espaço deve ser maior para que haja um bom deslocamento e o alcance frontal deve acompanhar o tamanho da bengala e do cão guia, para que facilite o caminhar da pessoa com capacidade motora reduzida.

3.2 Pessoas em cadeira de rodas

Sua ocupação exige as dimensões de 0,80 m por 1,20 m no piso, conforme representação a seguir:

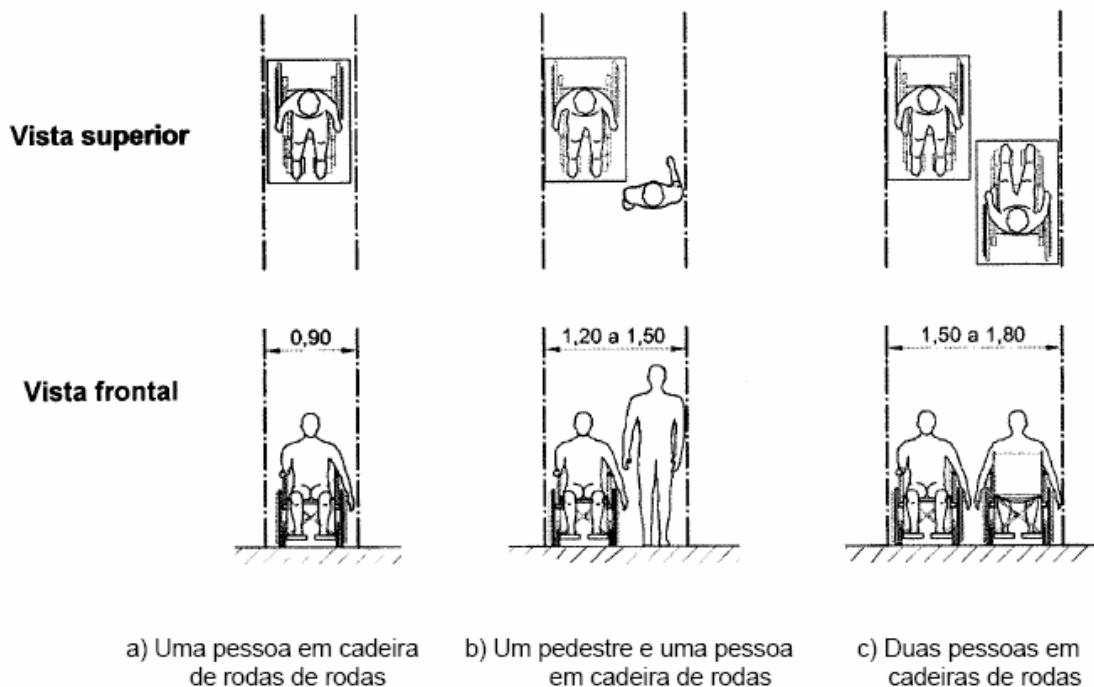
Figura 2 – Acessibilidade Cadeira de Rodas



Fonte: ABNT/NBR 9050, 2015, p. 8).

Sendo assim, a figura a seguir mostra como deverá ser o tamanho para que haja um bom deslocamento dessas pessoas.

Figura 3 – Largura para deslocamento em linha reta



a) Uma pessoa em cadeira de rodas

b) Um pedestre e uma pessoa em cadeira de rodas

c) Duas pessoas em cadeiras de rodas

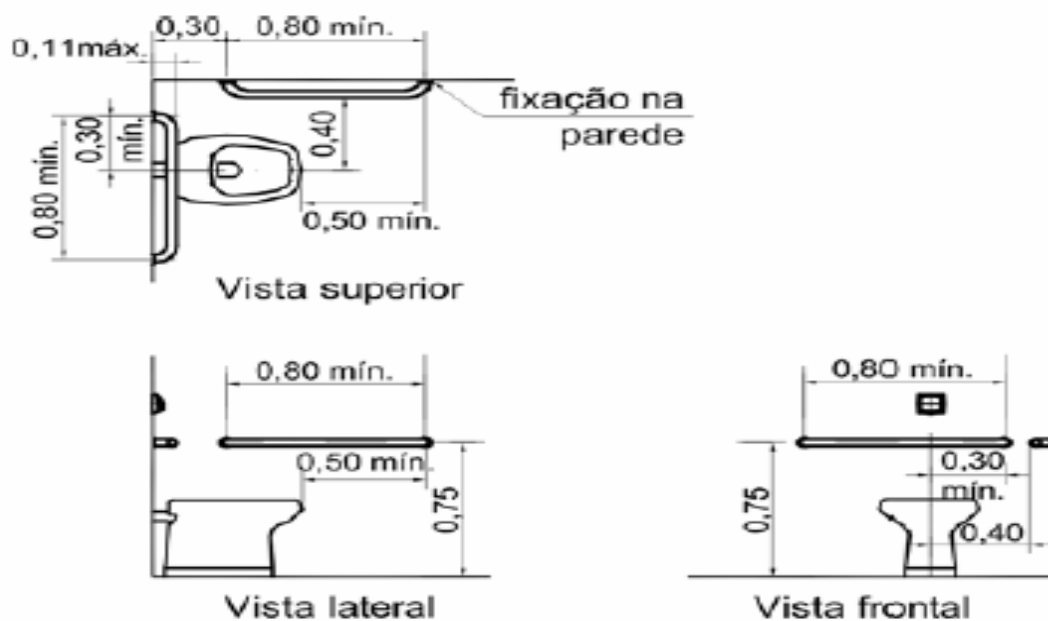
Fonte: ABNT/NBR 9050, 2015, p. 9).

Ou seja, para ser um local acessível é necessário que se tenha espaço de locomoção para duas pessoas em cadeiras de rodas.

3.3 Banheiros

Os banheiros, também, precisam obedecer à Norma. E possuem tamanhos específicos e locais acessíveis as pessoas com deficiência.

Figura 4 – Acessibilidade nos banheiros



Fonte: ABNT/NBR 9050, 2015, p. 89-90).

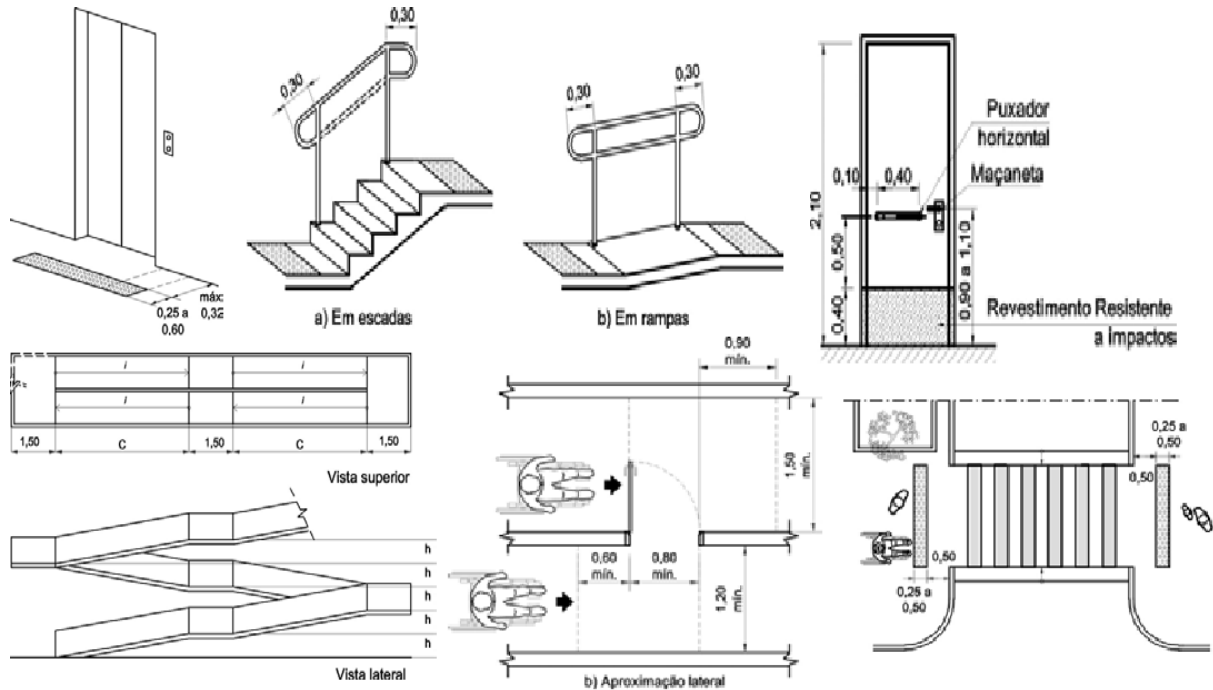
O banheiro precisa de um bom espaço de locomoção e uma adaptação de barras que auxiliem as pessoas com deficiência motora. Além de utensílios, como exemplo a pia, de fácil acesso, no qual as pessoas consigam usar o ambiente.

3.4 Outras acessibilidades físicas

Além dessas principais adaptações apresentadas, a Norma mostra diversos outros mecanismos de acessibilidade, como exemplo, a necessidade de elevadores, rampas, corrimões nos corredores, ausência de degraus, tamanho das portas das salas, a maçaneta da

porta, entre outros, como mostra a figura abaixo. Todos esses mecanismos são pra auxiliar as pessoas com deficiência.

Figura 5 – Outros mecanismos de acessibilidade



Fonte: ABNT/NBR 9050, 2015.

Adaptado pelo autor.

Além desses mecanismos, outros que, também, devem ser observados nas universidades e faculdades: é a sinalização; o local de estacionamento reservado para pessoas com deficiência; as rampas na calçada para o acesso dessas pessoas, entre outros.

Diante do exposto, foram observados quais desses mecanismos foram utilizados na Faculdade Laboro e quais ainda precisam ser melhorados.

4 METODOLOGIA

Pesquisa é a busca sistemática de soluções, com o fim de descobrir ou estabelecer fatos ou princípios relativos a qualquer área do conhecimento humano (SANTOS; MOLINA; DIAS, 2007 *apud*. ZAMBONI, 2006, p. 51). Para Chauí (2002), a pesquisa foi embasada no enfoque epistemológico, palavra que derivada de dois termos que vem do grego *episteme*, significando ciência e *logia* significando conhecimento, considera-se a ciência que estuda o conhecimento e como ele é construído.

Segundo Gamboa (1987), os enfoques epistemológicos que transpassam as pesquisas em educação, estendem-se às ciências humanas e sociais: abordagens empírico-analíticas, fenomenológico-hermenêuticas e crítico-dialéticas. Sendo abordado no dado estudo o enfoque epistemológico empírico-analítico, pois suas características para o tratamento do objeto estabelecem a utilização de variáveis, organizadas de forma experimental, independentes ou dependentes, podendo também ser sistematizadas com variantes de entrada, saída, contexto, sejam organizadas segundo papéis, facetas, funções, ou como indicadores que apresentam-se simultaneamente (GAMBOA, 2001, p. 34).

A pesquisa, de acordo com os critérios utilizados por Vergara (2007), pode ser classificada de duas maneiras: quanto aos fins e quanto aos meios. Quanto aos fins uma pesquisa pode ser exploratória, descritiva, explicativa, metodológica, aplicada e intervencionista. Quanto aos meios, esta pode ser de campo, de laboratório, documental, bibliográfica, experimental, *ex post facto*, participante, pesquisa-ação e estudo de caso.

Desta forma, a pesquisa quanto aos fins, classifica-se como descritiva, pois tem o objetivo de descrever os mecanismos físicos utilizados pela Faculdade Laboro para inclusão das pessoas com deficiência motora.

Quanto aos meios, o presente trabalho classifica-se como bibliográfico, documental e estudo de caso. Segundo Vergara (2007), o trabalho é bibliográfico quando é realizado com base em material publicado em livros, jornais, revistas eletrônicas com aprofundamento na área pesquisada.

A investigação foi documental, pois foram utilizadas informações da Laboro para obter dados relativos à pesquisa.

E, por fim, estudo de caso, pois se buscou na faculdade informações sobre o ambiente físico, no qual possui instalações.

4.1 Local da pesquisa

A pesquisa foi realizada na Faculdade Laboro, localizada na Avenida Castelo Branco, 605 - São Francisco, São Luís – MA.

4.2 Coleta de dados

Os dados foram coletados de informações colhidas na própria instituição, através das observações.

4.3 Análise e tratamento dos dados

Neste trabalho foi utilizada a análise qualitativa dos dados, que foram registrados em fotos, para que, assim, fossem analisadas as instalações da Faculdade Laboro se estão amparadas pela ABNT/NBR 9050 (2015). Sendo assim, esse tipo de pesquisa permitirá o conhecimento adequado das diversas contribuições científicas sobre a temática de que trata este estudo.

De forma a facilitar o entendimento da observação, foi elaborado o quadro a seguir:

Quadro 1 – Resumo da Observação

Quadro Resumo		
Questões/ Objetivos	Descrição	Apurado em Campo
Questão problema	De que forma a Faculdade Laboro se preparou para receber as pessoas com deficiência motora?	Os mecanismos de adaptação, físicos, utilizados pela Faculdade Laboro para inclusão das pessoas com deficiência motora.
Objetivo geral	Identificar a forma na qual a Faculdade Laboro se preparou para receber as pessoas com deficiência motora.	Visitas à Faculdade Laboro, com o intuito de registrar as adaptações realizadas.
1º Objetivo específico	Abordar sobre os mecanismos físicos necessários para inclusão de alunos com deficiência motora nas Universidades/Faculdades, segundo a ABNT NBR 9050;	Referência bibliográfica
2º Objetivo específico	Apresentar os mecanismos físicos utilizados pela Faculdade Laboro para inclusão das pessoas com deficiência motora.	Visita à Faculdade Laboro e registro com fotos.

Fonte: Elaborado pelos autores.

5 ESTUDO DE CASO: Faculdade Laboro

Inicialmente, será abordado sobre a Faculdade Laboro, para que, assim, posteriormente possa se analisar as informações coletadas na Instituição.

5.1 Sobre a Faculdade

Através da Portaria nº 686, de 25 de maio de 2012, a Faculdade Laboro foi credenciada junto ao MEC, sendo assim, consolidado o projeto acadêmico iniciado pelo Instituto Laboro em 2004.

Segundo o site da Instituição, desde 2014, a Laboro atua em parceria com a Universidade Estácio de Sá, constituindo-se em um Centro Educacional que visa desenvolver processos de formação profissional e de produção de conhecimento científico para o desenvolvimento das pessoas e do país.

A Laboro reúne notáveis profissionais em seu corpo docente por suas titulações, produções acadêmicas e experiências profissionais de destaque nacional. As coordenações, direção, coordenação acadêmica e equipes de acompanhamento de alunos são representadas e compostas por professores experientes, dedicados e comprometidos com a busca permanente da excelência de seus serviços.

O diferencial da Instituição é considerar a educação em todos os seus níveis como um bem coletivo, por isso concentra investimentos na constante atualização das metodologias e conteúdos, em consonância com os critérios de organização e planejamento, com o objetivo de atender às demandas do cidadão, da sociedade e do mundo do trabalho,

A Faculdade Laboro tem como visão: “Ter destacado reconhecimento em todos os cursos oferecidos pela excelência de nossos serviços e pelo respeito nas relações com alunos, professores, funcionários e colaboradores. Ser a Instituição de referência nacional em graduação e pós-graduação tendo como princípio a ética e o compromisso com o desenvolvimento da sociedade”.

E, como missão: “Realizar ações educacionais e de pesquisa com vistas ao desenvolvimento profissional, acompanhado de autonomia intelectual vinculada ao senso de justiça e comprometimento social, contribuindo para o contínuo crescimento e desenvolvimento de uma nação melhor”.

Dessa forma, a Faculdade Laboro vem atuando com excelência no mercado educacional, buscando constantes melhorias para atender seus alunos.

5.2 Análise

A análise foi feita encima de registros fotográficos na Instituição, como forma de apresentar os mecanismos utilizados pela Faculdade Laboro para atender as pessoas com deficiência motora.

Para começar foram analisadas as acessibilidades no térreo do prédio, no qual a Instituição funciona.

Foto 1 - Entrada



Fonte: LABORO (2015). Registro feito pelos autores.

Foto 2 - Entrada



Fonte: LABORO (2015). Registro feito pelos autores.

Foto 3 – Entrada



Fonte: LABORO (2015). Registro feito pelos autores.

Foto 4 - Entrada



Fonte: LABORO (2015). Registro feito pelos autores.

Foto 5 - Entrada

Fonte: LABORO (2015). Registro feito pelos autores.

As duas principais entradas (Fotos 1 e 2) são acessíveis, de forma a facilitar o movimento das pessoas com deficiência motora, possuindo o espaço adequado de locomoção. Segundo a Norma ABNT/NBR 9050 (2015, p.2), adequado é o espaço, edificação, mobiliário, equipamento urbano ou elemento cujas características foram originalmente planejadas para serem acessíveis.

Além de possuírem rampas com corrimão (Foto 4), outro mecanismo de ajuda. Segundo a Norma ABNT/NBR 9050 (2015, p.5), rampa é a inclinação da superfície de piso, longitudinal ao sentido de caminhar, com declividade igual ou superior a 5%.

A entrada acontece através da catraca, porém há um espaço lateral (Foto 3) que colabora com as pessoas com deficiência motora. Outro fato que, também, precisa ser

mencionado é que o funcionamento da Faculdade acontece no quarto andar, logo a Instituição possui um elevador para facilitar a locomoção (Foto 5), porém um ponto relevante é que se a Instituição passar por algum acidente, mas, especificamente, um incêndio, há uma grande dificuldade da pessoa com deficiência motora se locomover, principalmente, os que possuem cadeiras de roda.

Entretanto, um ponto negativo é a falta de estacionamento, a Faculdade Laboro não disponibiliza de um local específico, logo, uma pessoa com deficiência motora não tem comodidade de estacionamento. Mas, para àqueles que andam de ônibus o problema se torna maior, pois as rampas na calçada em frente à Faculdade estão em má conservação, como mostra a foto a seguir:

Foto 6 – Calçada



Fonte: Registro feito pelos autores.

Calçada rebaixada é a rampa construída ou implantada na calçada, destinada a promover a concordância de nível entre estes e o leito carroçável. (ABNT/NBR 9050, 2015, p.3). Dessa forma, sabe-se que o problema não é da Instituição, mas do Governo competente, no entanto, a Norma exige que todos os ambientes, externos e internos, sejam acessíveis. A sugestão é que a Instituição solicite, em caráter de urgência, por essa reparação.

Após os comentários sobre a entrada do prédio, serão analisadas as instalações do quarto andar, no qual se tem o funcionamento da Faculdade Laboro. Neste ponto, iniciou-se analisando a entrada, na qual funciona a secretaria e a coordenação acadêmica.

Foto 7 – Entrada: quarto andar



Fonte: LABORO (2015). Registro feito pelos autores.

Foto 8 – Entrada: quarto andar



Fonte: LABORO (2015). Registro feito pelos autores.

Na entrada do quarto andar encontram-se dois ambientes frequentados, constantemente, pelos alunos – a secretaria e a coordenação. Com relação a essas salas, o espaço é favorável, o tamanho das portas também. Porém, há dois problemas, a porta precisa ser puxada e, no caso de um cadeirante, este precisa que alguém segure a porta para que ele possa entrar e sair do local. Além disso, próximo à secretaria há uma escada, o que se torna arriscado a quem possui deficiência motora. Como sugestão, o ideal seria que as portas fossem de correr, e quanto à escada, poderia ter uma grade.

Sobre as instalações internas, entre elas: salas de aula, lanchonete e banheiros, serão expostas duas análises. Primeiramente, foram observados os pontos positivos, em seguida os negativos.

Foto 9 – Banheiro



Fonte: LABORO (2015). Registro feito pelos autores.

Foto 10 - Banheiro



Fonte: LABORO (2015). Registro feito pelos autores.

Foto 11 – Banheiro

Fonte: LABORO (2015). Registro feito pelos autores.

O conceito de banheiro, para a Norma ABNT/NBR 9050 (2015, p.3), refere-se ao cômodo que dispõe de chuveiro, banheira, bacia sanitária, lavatório, espelho e demais acessórios. Sobre os banheiros, observa-se que existe um banheiro acessível, com sanitário adaptado, com corrimões (Foto 9), além de uma pia e acessórios de fácil acesso (Foto 10). Outro fator positivo, é a sinalização (Foto 11), há placa indicando que aquele sanitário é de uso da pessoa com deficiência.

Ainda sobre um ponto positivo, são as portas, como demonstra a foto abaixo:

Foto 12 – Portas

Fonte: LABORO (2015). Registro feito pelos autores.

As portas possuem a largura acessível para a circulação das pessoas com deficiência. Acessíveis são espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias ou elemento que possa ser alcançado, acionado, utilizado e vivenciado por qualquer pessoa (ABNT/NBR 9050, 2015, p.2). Quanto às salas de aula, observa-se:

Foto 13 – Salas de aula



Fonte: LABORO (2015). Registro feito pelos autores.

As salas de aula possuem entrada acessível e de boa locomoção. Na Foto 13, também é observada a maçaneta da porta, que é na altura acessível.

Foto 14 – Lanchonete



Fonte: LABORO (2015). Registro feito pelos autores.

Para a Norma ABNT/NBR 9050 (2015, p.3), área de circulação é o espaço livre de obstáculos, destinado ao uso de todas as pessoas. A lanchonete possui um espaço amplo e de fácil circulação, adequado às pessoas com deficiência motora. Por fim, tem-se como um ponto positivo um bebedor de acesso adaptado.

Foto 15 - Bebedor



Fonte: LABORO (2015). Registro feito pelos autores.

Negativamente, têm-se dois pontos principais. O primeiro é, na prática, resolvível. É o caso das mesas adequadas para as pessoas com deficiência em uso de cadeiras de roda. Nas salas de aula comuns não possuem essas mesas, porém, nos laboratórios possuem (Foto 16). Assim, quando existir a necessidade, as aulas poderão acontecer nesse ambiente, como forma de resolver o problema de forma imediata. Porém, o correto é que todas as salas possuam essas mesas. Afinal, segundo a Norma ABNT/NBR 9050 (2015, p.2), adaptado é o espaço, edificação, mobiliário, equipamento urbano ou elemento cujas características originais foram alteradas posteriormente para serem acessíveis. Ou seja, a adaptação de forma correta acontece quando todos os locais estão de acordo com a Norma, sem que haja necessidade do improvisado.

Foto 16 – Laboratório

Fonte: LABORO (2015). Registro feito pelos autores.

Foto 17 – Corredor

Fonte: LABORO (2015). Registro feito pelos autores.

O segundo problema é o maior da Instituição (Foto 17), de acordo com a Norma ABNT/NBR 9050 (2015), para o corredor ser acessível precisaria do espaço de duas cadeiras de rodas, mas o corredor é muito estreito, além do mais, não possui os corrimões na parede. O que a pessoa com mobilidade reduzida necessita é de uma rota acessível, para a Norma ABNT/NBR 9050 (2015, p.5), rota acessível é o trajeto contínuo, desobstruído e sinalizado, que conecte os ambientes externos ou internos de espaços e edificações, e que possa ser utilizado de forma autônoma e seguro por todas as pessoas, inclusive aquelas com deficiência e mobilidade reduzida. A rota acessível pode incorporar estacionamentos, calçadas rebaixadas, faixas de travessia de pedestres, pisos, corredores, escadas e rampas, entre outros.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Todos os indivíduos têm direito a uma educação de qualidade, garantidos pela própria Constituição. No entanto, a dúvida que mais preocupa é como construir espaços, como escolas, universidades, faculdades, entre outros, acessíveis para todos.

Sabe-se que a educação é o alicerce para o desenvolvimento de qualquer cidadão, e que incluir o aluno com necessidades educacionais especiais, é também, uma forma de respeitá-lo e garantir a possibilidade de seu crescimento. No entanto, foi percebido que as dificuldades existem, não são poucas e ficam bem claras quando se observa de forma mais crítica.

Dessa forma, a Norma ABNT/NBR 9050, de 2015 vem garantir locais mais acessíveis, adequados e adaptados para as pessoas com deficiência. Um dos grandes problemas que rodeiam essa acessibilidade são os custos que implicam com essas mudanças. No entanto, foram percebidos que a Instituição de Ensino Faculdade Laboro muito tem feito para que os locais sejam adequados para o atendimentos dessas pessoas.

A Faculdade Laboro usa de muitos mecanismos, rampas, portas acessíveis, elevadores, entre outro. Um dos maiores problemas está nos corredores, porém, como forma de atender essa demanda a Faculdade Laboro abriu uma outra Unidade, localizada no mesmo bairro.

Contudo, sabe-se que muitas são as dificuldades, em todos os âmbitos educacionais, mas o que é necessário é a conscientização de todos os envolvidos, desde o Governo até os professores.

É importante frisar que as mudanças não precisam ser realizadas apenas por questões legais, mas por respeito a essas pessoas. Afinal, foram percebidas, mediante as pesquisas feitas sobre o assunto, que muitas foram as lutas dessas pessoas por uma sociedade mais inclusiva. Então, de maneira singular é necessário o atendimento adequado a essas pessoas com deficiência.

REFERÊNCIAS

AROUCHA, Maria José Rabelo. **Deficiência, escolarização e trabalho: a pessoa com deficiência auditiva no mercado de trabalho em São Luís.** São Luís: UEMA, 2012.

BRASIL. **Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos.** ABNT/NBR 9050. 2015

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil:** Texto promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais n^{os} 1/92 a 56/2007 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão n^{os} 1 a 6/94. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2008.

_____ **Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989.** Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (CORDE), institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências. Disponível em: www.planalto.gov.br. Acesso em: 20 de janeiro de 2014.

_____ **Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.** Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social, e dá outras providências. Disponível em: www.planalto.gov.br. Acesso em: 20 de janeiro de 2014.

_____ **Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999.** Regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. Disponível em: www.planalto.gov.br. Acesso em: 20 de janeiro de 2014.

_____ **Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004.** Regulamenta as Leis n^{os} 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Disponível em: www.planalto.gov.br. Acesso em: 20 de janeiro de 2014.

_____ **Decreto nº 3.956, de 8 de outubro de 2001.** Promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência.

_____ Ministério da Educação e Cultura/Secretaria de Educação Fundamental/Secretaria de Educação Especial. MEC/SEF, **Parâmetros Curriculares Nacionais.** Adaptações curriculares. Estratégias para Educação de alunos com Necessidades Educacionais Especiais. Brasília, 1999.

_____ Cartilha do Trabalho. **A inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho.** – 2. ed. – Brasília: MTE, SIT, 2007.

CARVALHO, Alberto Roberto de. **Pessoa com deficiência: aspectos teóricos e práticos**/organização do programa institucional de ações relativas às pessoas com necessidades especiais – PEE – Cascavel: EDUNIOESTE, 2006.

CHAUI, M. **Convite à filosofia**. São Paulo: Editora Ática, 2002.

GAMBOA, Silvio Sanches. **Epistemologia da pesquisa em educação**: estruturas lógicas e tendências metodológicas. 1987. Tese de Doutorado em Educação. Universidade Estadual de Campinas: Campinas, 1987.

GAMBOA, Silvio Sanches e SANTOS FILHO, J. C. (Org). **Pesquisa educacional: quantidade-qualidade**. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2001.

LIMA, Priscila Augusta. **Educação inclusiva e igualdade social**. São Paulo: Avercamp, 2006.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **A Integração de pessoas com deficiência**: contribuições para uma reflexão sobre o tema. São Paulo: Memnon, 1997. NERI, M. et. al. **Retratos da deficiência no Brasil**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas/IBRE, CPS, 2003.

PESSOTTI, Isaias. De Marguités a Victor de Aveyron. In: _____. **Deficiência mental: da superstição à ciência**. São Paulo: EDUSP, 1984.

PONCE, Anibal. **Educação e lutas de classes**. São Paulo: Cortez; Autores Associados, 1982.

RIBEIRO, Maria L. Sprovieri. Perspectivas da Escola Inclusiva: Algumas Reflexões. In: _____. BAUMEL, Roseli C.R. de Carvalho. **Educação Especial: do querer ao fazer**. São Paulo: Avercamp, 2003.

VERGARA, Sylvia C. **Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração**. 8ª edição. São Paulo: Atlas, 2007.

ZAMBONI, S. **A pesquisa em arte: um paralelo entre arte e ciência**. 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2006